

PANDEMIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Diego Augusto Diehl¹



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

O tema das desigualdades sociais tem recebido cada vez mais atenção nos debates públicos e nas pesquisas acadêmicas em todo o mundo. Mesmo antes da pandemia da COVID-19, instituições insuspeitas de “esquerdismo” ou de serem socialistas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, ou o Fórum Econômico Mundial já discutiam o dramático aprofundamento das desigualdades sociais nos últimos 30 anos.

Ocorre que, com o advento da pandemia da COVID-19, tais desigualdades sociais se intensificaram ainda mais, e se manifestaram nas mais diversas facetas, que pretendemos mapear neste verbete. Não se trata de tarefa simples, dada a multiplicidade das formas pelas quais as desigualdades se manifestaram ao longo desse período dramático da história da humanidade.

Diferente do pensamento pós-moderno, que afirma não haver fatos mas apenas interpretações, é preciso conceber as diversas formas pelas quais as desigualdades sociais se revelam como fatos. E para esses fatos há, sim, diferentes interpretações: conservadoras, liberais, marxistas, anarquistas etc.

A afirmação de que a origem da desigualdade entre os homens decorre da propriedade privada não é uma interpretação original do marxismo, mas de um iluminista que viveu 1 século antes do nascimento do materialismo histórico: Jean-Jacques Rousseau. De tal conclusão, o socialismo utópico de Proudhon afirmou que “a propriedade é um roubo”; e o socialismo científico de Marx esmiuçou os mecanismos pelos quais a propriedade privada burguesa é o fator decisivo para a produção das desigualdades sociais na sociedade capitalista.

Por outro lado, o liberalismo econômico de Adam Smith e o liberalismo político de John Locke já haviam buscado naturalizar as desigualdades entre os indivíduos, conferindo fundamentos teóricos baseados no trabalho individual e nas diferentes capacidades de trabalho

¹ Professor adjunto do curso de Direito da Universidade Federal de Jataí. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da UFG. Doutor em Direito pela UnB. Membro da Secretaria Executiva do IPDMS.

de cada ser humano. A inconsistência de tais fundamentos levou o liberalismo a se reinventar no séc. XX com a *Teoria da Justiça* de John Rawls, que parte de bases contra-factuais que conferem uma igualdade original aos indivíduos e um dever moral de todos receberem o mesmo conjunto de oportunidades, que seriam ou não aproveitadas por cada um no curso de suas vidas. As desigualdades decorreriam dos diferentes projetos de vida de cada indivíduo, e deveriam ser “zeradas” nas gerações seguintes por uma nova igualdade originária.

É desnecessário dizer que a contra-factualidade da teoria de Rawls se traduz mais simplesmente em uma teoria sem fundamento nos fatos, ainda mais considerando que é exatamente na década da publicação e disseminação de sua obra (os anos 1970) que o neoliberalismo passou a ser a política econômica adotada pelas potências capitalistas, e que fez aprofundar dramaticamente as desigualdades sociais. Porém há que reconhecer que ao menos o liberalismo passou a reconhecer a desigualdade como um problema moral, e a necessidade da intervenção de mecanismos sociais e estatais para a correção de rumos na sociedade.

Talvez isso explique o suposto consenso formado atualmente em torno da necessidade de se combater as desigualdades sociais. Porém o diagnóstico comum do problema - ainda que não quanto às suas causas - não propicia um consenso no prognóstico das medidas que devem ser tomadas: o liberalismo aposta em programas assistenciais aos mais pobres, em ações afirmativas para aqueles com menos oportunidades, em políticas identitárias para enfrentar a cultura das desigualdades; já o socialismo segue apontando a propriedade burguesa dos meios de produção como a principal fonte das desigualdades, ainda que hoje incorpore parte das propostas do liberalismo como medidas paliativas e provisórias, até que ocorra a socialização dos meios de produção.

De fato há convergências possíveis no debate sobre o enfrentamento às desigualdades sociais. A socialização dos meios de produção só ocorrerá com uma grande revolução social, e as desigualdades não decorrem apenas da dimensão econômica que o regime de propriedade revela, mas resultam também de dimensões políticas, raciais, culturais, de gênero e de sexualidade. É seu caráter multicausal que torna o estudo sobre as desigualdades sociais um tema tão complexo na sociedade contemporânea.

A pandemia da COVID-19, se analisada numa dimensão sociológica, pode ser considerada um “estímulo” que tornou ainda mais visíveis as diversas facetas das desigualdades sociais: o fosso geopolítico que separa países ricos e países pobres se aprofundou; a distância econômica entre ricos e pobres aumentou; o acesso à educação se tornou mais restrito; as

diferenças de gênero se intensificaram; a racialização das oportunidades dadas aos indivíduos se tornou ainda mais explícita; o poder político se concentrou ainda mais; a dependência de empresas monopolistas de telecomunicações e *internet* se consolidou.

Desigualdades geopolíticas. A produção e o acesso a vacinas evidenciou a profunda desigualdade entre países ricos e países pobres. O complexo industrial farmacêutico global (“*Big Pharma*”) se concentra nos EUA e na Europa, e só é rivalizado por potências emergentes como China e Rússia. Nenhuma vacina contra a COVID-19 foi desenvolvida em qualquer outro país, gerando assim uma cadeia global de fornecedores e consumidores de vacinas.

O direito de propriedade intelectual e o monopólio da produção industrial de vacinas garante às empresas fabricantes o direito de exercer em sua plenitude os benefícios decorrentes da propriedade privada de seus produtos. Países pobres são obrigados a pagar pelos custos e também por *royalties* para ter acesso às vacinas e assim imunizar suas populações. E quando isso não é economicamente viável, tornam-se dependentes da “caridade” dos países ricos ou de programas da Organização Mundial da Saúde.

Para além das vacinas, os impactos econômicos devastadores da pandemia também evidenciam a desigualdade entre países ricos e pobres. Enquanto os primeiros aprontaram pacotes trilionários de apoio financeiro às empresas e aos trabalhadores, os países pobres se tornaram ainda mais dependentes de empréstimos e auxílios financeiros de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

A atual divisão internacional do trabalho também revelou a desigualdade entre países ricos e pobres no que se refere à possibilidade de cumprir com as medidas de isolamento social. Enquanto nas sociedades ditas “pós-industriais” o trabalho remoto representou uma solução para grande parte da população poder cumprir com o isolamento social, as sociedades industriais e agrícolas enfrentaram o dilema da imposição de *lockdowns* com efeitos econômicos catastróficos.

Desigualdades econômicas. Recentemente, a OXFAM publicou o relatório intitulado *Poder, lucros e pandemia*, que traz um diagnóstico sobre os efeitos arrasadores da pandemia da COVID-19 sobre a economia global, com efeitos dramáticos sobre a desigualdade econômica entre ricos e pobres. Nos primeiros dois trimestres de 2020, cerca de 400 milhões de empregos em tempo integral foram perdidos em todo o mundo, e estima-se que até o final da pandemia cerca de 500 milhões de pessoas terão entrado na condição de pobreza.

Grande parte dos empregos perdidos na pandemia decorreram do fechamento de pequenas empresas, que são responsáveis por 70% dos empregos em países de baixa e média renda. Só no Brasil, mais de 500 mil pequenas empresas foram obrigadas a fechar suas portas em apenas duas semanas de *lockdown*. Em oito países pesquisados pela OIT, cerca de 70% das pequenas e microempresas foram forçadas a encerrar suas atividades, seja por determinação das autoridades sanitárias, seja pela redução das demandas.

A fome, que antes da pandemia da COVID-19 já atingia quase 1 bilhão de pessoas no mundo segundo dados da FAO, foi apontado no relatório da OXFAM como maior causador de mortes em decorrência de circunstâncias relacionadas à COVID-19 do que a própria doença em si. O proletariado e o campesinato são as classes sociais subalternas que mais sofreram com a pandemia, e empobreceram não apenas em termos absolutos, mas também em termos relativos, quando se considera a posição da burguesia durante este mesmo período.

Enquanto pequenas e microempresas fecharam e centenas de milhões de trabalhadores foram demitidos, as 32 empresas mais lucrativas do mundo devem ganhar R\$577 bilhões a mais em 2020, segundo o relatório da OXFAM. Entre essas empresas, destaca-se a *Microsoft*, que passou a auferir superlucros excedentes durante a pandemia e tinha como estimativa angariar quase US\$ 19 bilhões a mais em 2020, comparado com os anos anteriores.

Uma prática comum nessas grandes empresas é a distribuição quase integral de seus lucros aos acionistas anualmente. A OXFAM afirma que “[e]ntre 2010 e 2019, as empresas listadas no Índice S&P 500 gastaram US\$ 9,1 trilhões com a distribuição de lucros aos seus acionistas – valor equivalente a mais de 90% dos seus lucros no mesmo período”. Já no caso de países de baixa renda, “a distribuição de dividendos por grandes empresas em países de baixa e média renda aumentou 58% entre 2016 e 2019 (de US\$ 88,7 bilhões para US\$ 140 bilhões)”.

Se até 2019 as 32 maiores empresas globais distribuíram 103% do seu lucro líquido a acionistas, no ano de 2020 a estimativa foi de que essa distribuição chegaria a 124%. Com isso, “a riqueza dos 25 bilionários mais ricos do mundo aumentou espantosos US\$ 255 bilhões de meados de março ao final de maio de 2020”.

As empresas que mais lucraram durante a pandemia da COVID-19 foram aquelas ligadas ao setor de *software*, *internet* e telecomunicações, de vendas *online*, ao complexo farmacêutico e à indústria de alimentos ultraprocessados. Seus acionistas se apropriaram da integralidade dos lucros auferidos por elas, ao mesmo tempo em que exigiam dos governos o

corte de impostos (com efeitos sociais catastróficos) e a concessão de recursos sob o argumento da necessidade de “salvar as empresas e os empregos”.

Vimos assim que a lógica do Capital, descrita por Marx como um processo de acumulação quase infinita e de contínua espoliação da classe trabalhadora, apenas se intensificou durante da pandemia da COVID-19, com efeitos drásticos sobre as desigualdades sociais. A ponto de, no Brasil, segundo estudo da FGV (*Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada*), o índice Gini (que mede as desigualdades econômicas em escala de 0 a 1) ter passado de 0,80 em 2019 para quase 0,83 em 2020.

Desigualdades educacionais. O aumento da distância entre ricos e pobres se manifestou diretamente no aumento das desigualdades no que se refere ao acesso à educação. A imposição do isolamento social levou à adoção do ensino remoto em grande parte das escolas, universidades e faculdades públicas e privadas no Brasil, que exigiram das famílias não apenas a disponibilidade de meios tecnológicos, mas também de uma série de outras condições só disponíveis para pequenas parcelas da população.

No caso de trabalhadores e trabalhadoras que conseguiram permanecer empregados durante a pandemia, a impossibilidade de deixar os filhos na escola gerou o dilema do cuidado: como deixar as crianças e adolescentes em casa sob a supervisão de um adulto? No caso das famílias mais pobres, o dilema se tornou ainda mais cruel: como garantir a alimentação dos filhos, que antes era garantida com a merenda escolar?

Nenhum desses dilemas foi sentido no caso das famílias ricas. Nos Manuscritos de 1844, Marx analisava o poder social “mágico” do dinheiro, que torna bonito o feio, que permite ao mais estúpido comprar a força de trabalho dos mais inteligentes, e assim sucessivamente. Na pandemia, o dinheiro pode comprar a alimentação dos filhos que permaneceram em casa, comprar a força de trabalho e o tempo de trabalhadores e (sobretudo) trabalhadoras do cuidado doméstico, além de comprar todos os recursos tecnológicos necessários para garantir o acesso com qualidade ao ensino remoto.

Essa desigualdade educacional também se manifestou no abismo entre a qualidade do ensino remoto disponibilizado por escolas públicas e privadas. O longo período de precarização da educação pública cobrou um preço alto durante a pandemia: docentes sem preparação para as novas práticas e tecnologias; ausência de materiais básicos a serem fornecidos aos

estudantes; o uso de plataformas precárias; a disponibilização exígua ou inexistente de recursos tecnológicos para assistir às aulas; o crescimento vertiginoso da evasão escolar.

Outro aspecto pouco analisado durante a pandemia se refere ao ambiente de estudo dos alunos. Em famílias pobres, o isolamento social representou a convivência de muitas pessoas dentro de casas pequenas, com poucos cômodos, mal ventiladas e iluminadas, em suma, incompatíveis com as condições mínimas necessárias para a concentração dos estudantes e para o aprendizado dos conteúdos ministrados. E a falta de contato com os professores impediu que se pudesse avaliar de forma realista o aprendizado dos estudantes durante todo este período.

O acompanhamento do aprendizado passou a ser uma tarefa dos pais ou responsáveis, que nem sempre tinham a formação e/ou o tempo necessários para dar o devido suporte às crianças e aos adolescentes. Considerando a importância dessas etapas na formação cognitiva desses jovens, os prejuízos causados pela desigualdade poderão se tornar insuperáveis.

Desigualdades de gênero. Nas sociedades patriarcais, as funções relacionadas ao cuidado foram concentradas nas mulheres: trabalhadoras da saúde, da limpeza, da alimentação, do cuidado do lar e do cuidado dos filhos. No caso da educação, é sabido que a sobrecarga gerada sobre as famílias pela pandemia se concentrou sobretudo nas mulheres.

Mas também no mercado de trabalho as desigualdades de gênero se manifestaram de forma muito clara durante a pandemia. Segundo o já mencionado estudo da OXFAM, *“estima-se que 54% dos empregos perdidos serão de mulheres, embora elas constituam menos de 40% da força de trabalho global”*. É possível dizer que a pandemia gerou o empobrecimento da classe trabalhadora de um modo geral, mas sobretudo o empobrecimento das mulheres trabalhadoras ao redor do mundo.

As características da COVID-19 reforçaram a necessidade dos cuidados relacionados à limpeza e higiene, que geralmente são atribuídos nas famílias e nas empresas às mulheres. Isso gerou uma sobrecarga de trabalho a elas, seja no cuidado de crianças e idosos, seja nas tarefas de limpeza ou de cozinhar alimentos. Demandas essas de suas próprias famílias, ou de famílias alheias que lhe demandavam tais atividades mediante remuneração ou gratuitamente.

O fosso entre homens e mulheres se intensificou, portanto, durante a pandemia. E também os casos de violência de gênero se tornaram ainda mais frequentes. Segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH), a quantidade de denúncias de violência contra a mulher recebidas no canal 180 em abril de 2020 cresceu quase 40% em relação ao mesmo mês de 2019. Como a maior parte dos casos de violência doméstica ocorrem

dentro de casa, e são causadas por familiares (sobretudo maridos ou companheiros), é possível dizer que o próprio isolamento social proporcionou esse aumento de registros, que são mais uma faceta das desigualdades de gênero.

Desigualdades raciais. A distinção fundamental feita pelo marxismo entre o trabalho intelectual e o trabalho manual se manifesta em países como o Brasil como uma distinção de corte profundamente racial. A Modernidade deixou como marca a classificação social a partir de critérios raciais, como já havia apontado Aníbal Quijano; e a escravidão tardiamente abolida no Brasil legou como herança perversa o racismo estrutural e a falta de oportunidades ao povo negro.

A desigualdade racial se manifesta por si só em todos os planos analisados neste texto: geopolítico, econômico, educacional, político, comunicacional e de gênero. Trata-se de um legado do colonialismo e do racismo que marcaram a Modernidade e o nascimento do capitalismo: países de população majoritariamente negra são hoje parte dos países pobres e dependentes; a remuneração da força de trabalho do negro é 30% menor que a dos brancos; as classes subalternas têm a cor negra e acessam menos oportunidades educativas que os indivíduos brancos; as arenas políticas são preenchidas majoritariamente por brancos, inclusive no caso de partidos políticos que pretendem representar as classes subalternas; as ideias dominantes veiculadas pelos monopólios das telecomunicações e da *internet* reverberam a visão de mundo dos brancos; o preconceito e a exploração das mulheres negras é muito superior em relação às mulheres brancas.

A pandemia agudizou essas desigualdades sociais e fez evidenciar ainda mais o racismo estrutural que permeia as sociedades contemporâneas. Os negros morreram muito mais em termos proporcionais que os brancos pela COVID-19 ou por fatores decorrentes da pandemia (como a fome, que já comentamos). Até o presente momento, nenhum país africano iniciou a vacinação contra o coronavírus. Trabalhadores negros perderam mais empregos que trabalhadores brancos. A pobreza e a violência de gênero, fenômenos gerais para a classe trabalhadora e para as mulheres durante a pandemia, foram sentidos de forma ainda mais aguda pelos negros e pelas negras nesse mesmo período.

Talvez por não ter nada a perder, a não ser seus próprios grilhões, em plena pandemia o povo negro passou a se levantar contra a violência policial e contra o preconceito racial, como demonstram os movimentos anti-racistas em diversos países do mundo. A solidariedade dos brancos foi fundamental para disseminar movimentos como o *Black Lives Matter*, mas o

protagonismo do povo negro nessas lutas será decisiva para que não apenas se reivindique que os negros não sejam mortos, mas que as raízes das desigualdades raciais sejam efetivamente combatidas no mundo pós-pandemia.

Desigualdades políticas. Adotando a distinção gramsciana entre sociedade civil e sociedade política, e considerando a interação dialética entre essas duas esferas, torna-se incontornável a constatação de que as desigualdades econômicas, educacionais, raciais e de gênero se manifestam também como desigualdades políticas. Lenin dizia que política é “economia concentrada”, e ainda que tal fórmula possa ser considerada hoje um tanto reducionista, ao mesmo tempo é possível vislumbrar que a dinâmica da luta de classes segue sendo a tônica fundamental das lutas políticas nas sociedades governadas pelo Capital.

O poder político se concentrou ainda mais durante a pandemia da COVID-19. Enquanto a classe trabalhadora perdeu a sua principal arena para a luta política – as ruas –, a burguesia intensificou as diversas formas de *lobby* político exercidas a partir dos meios de comunicação, dos conchavos nos palácios e nos gabinetes, e na conversão de seu poder econômico em poder político (reiterando o poder social “mágico” do dinheiro analisado por Marx). Enquanto uns lutam pela sobrevivência em condições ainda mais adversas durante a pandemia, outros empregam a mais-valia obtida no processo de exploração econômica para converter o dinheiro em poder político.

Os resultados do aumento da desigualdade política aparecem de forma cristalina nas agendas parlamentares: os programas de ajuda econômica são direcionados majoritariamente às grandes empresas; a autorização para o sobreendividamento dos Estados garante maiores lucros ao capital financeiro; os programas de privatizações e a retirada de direitos sociais avançam sob o discurso do enfrentamento da dívida pública; a retirada de direitos trabalhistas e dos encargos sociais são propostos como o único modo de retomada dos empregos.

Com a contra-reforma trabalhista de 2017, os sindicatos dos trabalhadores no Brasil foram profundamente golpeados sobretudo no aspecto financeiro. Isso reduziu sua capacidade de mobilização, que passa pela constituição de ferramentas de comunicação e de organização das lutas, que durante a pandemia ficaram restritas quase que exclusivamente aos ambientes virtuais das redes sociais – arenas igualmente desiguais.

Desigualdades comunicacionais. A luta de classes sempre se manifestou no plano comunicacional, e as desigualdades de classe, de raça e de gênero sempre se impuseram no processo de disseminação de ideias e de visões de mundo. Antigamente, tais desigualdades se

manifestavam no desequilíbrio econômico para a impressão de jornais e folhetos e no desequilíbrio político que impunha a censura a determinados veículos em prol da liberdade de expressão das publicações das classes dominantes.

Com o surgimento do rádio e da televisão, tais desigualdades aumentaram ainda mais, tendo em vista que a quantidade de capital necessário para estruturar uma emissora tornava proibitiva à classe trabalhadora a criação de ferramentas de comunicação audiovisual. Além disso, por serem concessões públicas, as estações de rádio e os canais de televisão sempre demandaram a autorização dada pelo Poder Legislativo e/ou pelo Poder Executivo, nos quais as desigualdades políticas sempre se manifestaram.

O advento da *internet* e das redes sociais criou a ilusão de que a partir de então as classes subalternas teriam melhores condições de disseminar suas ideias, dado que os custos para estruturar blogues, canais de *internet*, *podcasts*, grupos em redes sociais se mostraram muito mais acessíveis. Ainda que tal constatação seja correta, ela não leva em conta o processo de hospedagem virtual dessas ferramentas: grandes monopólios da *internet* é que disponibilizam caríssimos servidores para armazenar e viabilizar a difusão dos conteúdos produzidos, e se reservam o direito de banir conteúdos e usuários, censurar publicações, monitorar comunicações, entre outras medidas.

Com o fenômeno das *fake news* o debate sobre o poder desses monopólios reacendeu ao redor do mundo. Enquanto alguns defendem o direito – e até o dever – de as empresas realizarem a checagem e a censura de publicações, outros denunciam tais práticas como novas formas de censura. O banimento das redes sociais seria, no limite, uma nova forma de totalitarismo *high tech*.

Mas para além dessa difícil questão, é importante lembrar que durante muitos anos as *fake news* foram livremente propagadas no ambiente (e nos servidores) de tais redes sociais, cumprindo com determinados interesses políticos, econômicos e geoestratégicos que coadunavam com a agenda dos monopólios das *Big Tech*. É a partir do momento em que essa agenda passa a ser prejudicada pelas *fake news* que se inicia o processo de censura nas redes sociais.

Durante a pandemia da COVID-19, diversas notícias falsas foram disseminadas: sobre a origem do vírus, sobre supostos interesses geopolíticos na sua disseminação, sobre a suposta eficácia de medicamentos não comprovados, sobre interesses ocultos por trás das vacinas, sobre a ineficácia da imunização *etc*. No caso das *fake news*, a desigualdade comunicacional se revela

na taxa de compartilhamento de notícias: para cada notícia verdadeira, outras 10 notícias falsas são disseminadas nas redes sociais.

Também os mecanismos de impulsionamento de mensagens nas redes sociais fortalece a desigualdade comunicacional, mais uma vez tendo por base as desigualdades econômicas: mediante pagamento, os monopólios da *internet* disseminam propagandas, notícias e conteúdos de interesse dos patrocinadores. E a própria visualização de conteúdos é definida hoje por esses monopólios a partir de algoritmos que beneficiam seus principais patrocinadores.

O isolamento social impulsionou largamente o consumo de conteúdos na *internet*, nas redes sociais, na televisão e no rádio. A falta do contato direto entre os indivíduos os tornou mais suscetíveis a assimilar apenas a narrativa dos monopólios das telecomunicações e da *internet*, sem a possibilidade de contrapontos em virtude de todos os mecanismos que geram a desigualdade comunicacional. O que confirma outra afirmação de Marx, em *A ideologia alemã*: as ideias dominantes numa sociedade são as ideias de sua classe dominante.

A dinâmica do capitalismo neoliberal, implementada no mundo há quase meio século, aprofundou as desigualdades materiais que são inerentes à sociedade burguesa. A distância entre a igualdade jurídico-formal entre os indivíduos e a desigualdade material entre as classes sociais se aprofundou ao longo deste período.

O mundo pós-pandemia da COVID-19 será ainda mais desigual que aquele em que vivíamos até então. Os países ricos se tornarão ainda mais dominantes em relação aos países pobres; a burguesia estará ainda mais rica diante de uma classe trabalhadora depauperada; as consequências das desigualdades educacionais se farão sentir ao longo das próximas décadas; as mulheres terão que lutar para retomar os espaços perdidos no mercado de trabalho e para que as funções de cuidado sejam mais equanimemente divididas com os homens; os negros também terão que lutar pela retomada das oportunidades e dos espaços sociais perdidos durante a pandemia; as classes subalternas estarão mais fragilizadas nas arenas políticas, e levarão tempo para reconstituir uma cultura de lutas sociais; a monopolização das comunicações exigirá a criação de outras ferramentas e práticas para garantir a liberdade de expressão e o acesso a conteúdos que não reproduzam as ideias e a visão de mundo das classes dominantes.

Se todas as dimensões aqui apontadas das desigualdades sociais são fatos, a identificação sobre suas causas e o apontamento das medidas necessárias ao seu enfrentamento estão no plano das interpretações. Assim como as classes dominantes possuem suas ferramentas de interpretação e de prognóstico sobre o tema das desigualdades, também as classes subalternas podem e devem tê-las. Mais do que nunca, a produção de conhecimento crítico será fundamental para a construção de propostas que sejam autenticamente radicais, pois enfrentarão as raízes profundas das desigualdades sociais.

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil**. São Paulo: Leya, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Livro I, vol. 1. 3ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NÉRI, Marcelo. **Os Efeitos da Pandemia sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada**. São Paulo: FGV Social, 2020.

OXFAM Internacional. **Poder, lucros e a pandemia: da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>. Acesso em 26/01/2021.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGEL, Ramón (comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Submetido em 31/01/2021.

Aprovado em 31/01/2021.